

Furtado teme consequências na área social

O ministro do Planejamento do governo João Goulart, Celso Furtado, acredita que as medidas econômicas anunciadas pelo governo para 1983, como o corte drástico nas importações, agravarão em muito a recessão que, em sua opinião, o País já atravessa há dois anos. Considerou, ainda, que a manutenção da atual política econômica, em vez de possibilitar, como diz o governo, a retomada dos índices de crescimento, um superávit na balança comercial e uma redução da inflação, manterá a economia "estagnada", sem resolver problemas cruciais como o da colocação das cerca de 10 milhões de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho.

Em entrevista em Porto Alegre, onde quinta e sexta-feira proferiu palestras e participou de debates, o economista paraibano previu que a decisão do governo de cortar "brutalmente" as importações aumentará os índices de desemprego, em razão dos reflexos nas possibilidades de investimentos.

Furtado destacou ser inteiramente equivocado o governo tentar ajustar o balanço de pagamentos levando em conta, em primeiro lugar, os valores que precisará para pagar, por exemplo, o serviço da dívida externa. Ele entende de que o governo deveria, ao contrário, inicialmente ver de quanto dispõe para o pagamento da dívida e, a partir daí, forçar os credores a uma renegociação — o que possibilitaria um reordenamento geral da economia interna.

Quanto à inflação, Celso Furtado não vê, com a manutenção da atual política econômica, nenhuma possibilidade de redução significativa dos índices. Em sua opinião, há duas razões básicas para os níveis elevados que se verificam nos últimos anos: a forma inadequada de financiamento dos subsídios, que é feito por meio do orçamento monetário, portanto com a criação de meios de pagamento, e a "desordem nos investimentos públicos", que, em vez de darem prioridade a projetos populares de habitação, educação, transportes, voltam-se para grandes empreendimentos, como Tucuruí e Itaipu. Esses projetos têm "maturação de longo prazo e nenhum efeito sobre a produção", salientou Celso Furtado, e a desordem nos investimentos públicos "faz com que se ultrapasse em muito a capacidade do País de mobilizar recursos".

O ex-ministro do Planejamento teme que, mantendo-se a orientação do governo, o Brasil atinja, em 1985, o quinto ano consecutivo de crescimento zero. Para ele, é inconcebível que o governo não leve em conta "as consequências sociais dessa política, quando 50% da população vive abaixo da linha de pobreza absoluta". Nesse sentido, propôs que os próximos congressistas, a serem eleitos em 15 de novembro, formem uma "comissão de salvação nacional", pluripartidária, que debata em profundidade as questões econômicas.